



REQUERIMENTO Nº , DE 2017 - CAE

Requeiro, nos termos art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública perante esta Douta Comissão, com objetivo de avaliar a grave crise fiscal enfrentada pelo País.

Para tanto, indico como convidados:

- Dyogo Oliveira, Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;**
- Felipe Salto, Diretor-Executivo da Instituição Fiscal Independente do Senado Federal;**
- Nilson Teixeira, Economista-Chefe do Credit Suisse; e**
- Marcos Lisboa, Presidente do Insper.**

JUSTIFICAÇÃO

A tramitação da reforma da Previdência no Congresso Nacional está comprometida em função dos eventos políticos. Diante desse cenário, os agentes econômicos que aguardavam os resultados dessa reforma passam a olhar mais atentamente a trajetória das contas públicas no curto prazo que se apresentam pior do que o esperado. O governo inclusive já sinaliza com aumento de impostos para conseguir cumprir com o já elevada meta de déficit primário para o setor público consolidado (R\$ 142 bilhões ou 2,2% do PIB; R\$ 139 bilhões para o governo central). O espaço reduzido para cortes de despesas discricionárias e o contínuo crescimento de gastos obrigatórios aliados à anemia das receitas estão tornando a alternativa de aumento de tributos cada vez mais provável.

Em maio, o déficit primário do setor público foi de R\$ 30,7 bilhões. Em 12 meses, esse déficit é da ordem de 2,5% do PIB (R\$ 158 bilhões). No período de janeiro a maio, esse déficit foi R\$ 15,6 bilhões, comparado aos R\$ 13,7 bilhões





no mesmo período de 2016. A queda real das receitas (influenciada pela atividade econômica) e o crescimento das despesas com benefícios previdenciários do INSS (7,2%), pessoal (11,8%) e antecipação no pagamento dos precatórios são os principais fatores que explicam a deterioração do resultado do início desse ano. Por outro lado, as despesas discricionárias caíram 18%, destacando-se os investimentos do PAC que sofreram cortes de mais de 53%.

O problema previdenciário é crítico. Segundo o Tesouro Nacional, a projeção para 2017 é de um déficit de R\$ 184,2 bilhões para o Regime Geral da Previdência Social e de R\$ 254,4 bilhões quando somado com o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).

As despesas com juros e o déficit nominal permanecem em níveis elevados. Excluindo os resultados relacionados às operações de swaps cambiais, as despesas com juros acumuladas em 12 meses ficaram em 7,3% do PIB em maio. O déficit nominal permaneceu em 9,7% do PIB, pressionando a dívida pública. Incluindo os resultados dos swaps cambiais (ganhos de 0,5% do PIB), o déficit nominal atingiu 9,2% do PIB. A dinâmica da dívida pública continua desfavorável, com a dívida bruta subindo para 72,5% do PIB em maio ante 71,3% em abril. Em dezembro de 2016 estava em 69,9% do PIB. A conclusão é dramática porque precisamos de um superávit primário da ordem de 3% do PIB para estabilizar a relação dívida bruta-PIB, o que somado ao atual déficit em 12 meses de 2,5% do PIB, isso dá um esforço fiscal necessário de 5,5% do PIB ou cerca de 350 bilhões de reais a preços de hoje.

Sala das sessões,

Senador Armando Monteiro

Senador Ricardo Ferraço